

## QUADRO RESUMO

<b>INEXIGIBILIDADE</b>	013/2026
<b>CONTRATANTE:</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
<b>OBJETO:</b>	Credenciamento de pessoas jurídicas ou profissionais especializados para a prestação de serviços de arbitragem esportiva
<b>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:</b>	R\$ 156.331,20 (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e um reais e vinte centavos).
<b>DATA DE INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:</b>	Dia 28 de abril de 2026.
<b>DATA DE ENCERRAMENTO DO CREDENCIAMENTO:</b>	Dia 27 de abril de 2027.
<b>LOCAL:</b>	<a href="http://licitar.digital">http://licitar.digital</a>



## ÍNDICE LICITAÇÃO:

### PREÂMBULO;

1. DO INÍCIO DO CERTAME E ABERTURA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO
2. DO OBJETO
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO
5. DA PARTICIPAÇÃO
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
8. DA CONVOCAÇÃO
9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO
10. DA HABILITAÇÃO
11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
12. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO
13. DOS RECURSOS
14. DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
15. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO
16. DO PRAZO DE ENTREGA
17. DO CONTRATO
18. DA GARANTIA CONTRATUAL
19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
20. DA RESCISÃO
21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
22. DO PAGAMENTO
23. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



## ANEXOS:

ANEXO I – ETP

ANEXO II – MAPA DE RISCOS

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO



**EDITAL Nº 018/2026**  
**PROCESSO Nº. 026/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 013/2026**  
**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026**

## **PREÂMBULO**

A Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Aroeira, nº 482, Vila das Árvores, Tarumã/SP, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, no uso de suas atribuições legais, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento de **CREDENCIAMENTO**, por meio eletrônico, caracterizado como hipótese de **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em conformidade com o Decreto Municipal nº 3.001/2023, e demais normas aplicáveis à espécie.

O presente procedimento administrativo encontra-se devidamente instruído com os documentos da fase preparatória, notadamente o **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, o **Termo de Referência – TR** e o **Mapa de Gerenciamento de Riscos**, os quais fundamentam a escolha da solução administrativa adotada, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando:

- a **necessidade pública da contratação**, consistente na garantia da regularidade, imparcialidade e qualidade técnica das competições esportivas promovidas pelo Município ;
- a **adequação do modelo de credenciamento**, diante da natureza variável, eventual e por demanda dos serviços de arbitragem esportiva ;
- a **inviabilidade de competição**, em razão da possibilidade de credenciamento simultâneo de múltiplos prestadores, sem exclusividade, com valores previamente fixados pela Administração;
- a **vantajosidade da contratação**, com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 ;
- e a **gestão preventiva de riscos**, conforme mapeamento específico que integra o processo administrativo, com identificação de eventos como ausência de árbitros, falhas técnicas e descontinuidade dos serviços, todos com medidas mitigadoras definidas .

O credenciamento será realizado de forma **contínua, paralela e não excludente**, permitindo o cadastramento permanente de interessados que atendam às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência, assegurando:

- a observância dos princípios da **legalidade, isonomia, eficiência, planejamento e interesse público**;



- a **ampla participação de prestadores qualificados**, sem restrição indevida à competitividade;
- a **convocação objetiva e impessoal**, conforme critérios definidos no TR;
- e a **execução contratual sob regime de demanda**, sem garantia de quantitativo mínimo.

Ressalta-se que os quantitativos e valores previstos possuem natureza **estimativa**, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração, sendo os pagamentos realizados exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, conforme disciplinado no Termo de Referência e na planilha de estimativa de custos .

Por fim, esclarece-se que o presente Edital e seus anexos – ETP, TR e Mapa de Riscos – constituem conjunto indissociável e vinculante, devendo ser observados integralmente pelos interessados, sob pena de inabilitação ou descredenciamento, conforme o caso.

## 1 - DO INÍCIO DO CERTAME E ABERTURA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

1. A sessão pública será processada e conduzida pelo Agente de Contratações com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)**, nos seguintes prazos e condições:

<b>INÍCIO DO CREDENCIAMENTO</b>	Dia 28 de abril de 2026.
<b>TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO</b>	Dia 27 de abril de 2027.
<b>LOCAL:</b>	<a href="http://www.licitardigital.com.br">www.licitardigital.com.br</a>
<b>REFERÊNCIA DO TEMPO:</b>	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

1.2. O prestador deverá observar as datas e horários limites previstos para a abertura das propostas.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.



## 2 – DO OBJETO

**2.1.** O presente procedimento tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas ou profissionais especializados para a prestação de serviços de arbitragem esportiva**, destinados ao atendimento dos campeonatos, torneios, eventos e atividades promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município de Tarumã/SP, em regime de **credenciamento paralelo e não excludente**, com execução **por demanda**, conforme especificações constantes deste Edital, do **Anexo III – Termo de Referência**, do **Estudo Técnico Preliminar – ETP** e do **Mapa de Risco**, que integram o presente instrumento para todos os fins.

**2.2.** Os serviços objeto do credenciamento compreendem, nos termos do Termo de Referência, as seguintes modalidades e respectivas unidades de execução:

I – **Futebol de Campo**: arbitragem com 01 (um) árbitro principal e 02 (dois) auxiliares, por jogo;

II – **Futsal**: arbitragem com 01 (um) árbitro principal e 01 (um) auxiliar, por jogo;

III – **Voleibol**: arbitragem com 01 (um) árbitro principal, 01 (um) auxiliar e 01 (um) anotador, por jogo.

**2.3.** Os valores a serem praticados pela Administração, previamente fixados com base na cotação e pesquisa de preços integrantes do processo, observada a metodologia prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, serão os seguintes:

I – **Futebol de Campo**: R\$ 600,57 (seiscentos reais e cinquenta e sete centavos) por jogo;

II – **Futsal**: R\$ 393,00 (trezentos e noventa e três reais) por jogo;

III – **Voleibol**: R\$ 317,08 (trezentos e dezessete reais e oito centavos) por jogo.

Parágrafo único. Sobre os valores contratados incidirão os descontos legais cabíveis, na forma da legislação aplicável.

**2.4.** Os quantitativos estimados para fins de planejamento e instrução processual correspondem a até 120 (cento e vinte) jogos de Futebol de Campo, até 166 (cento e sessenta e seis) jogos de Futsal e até 60 (sessenta) jogos de Voleibol, perfazendo o valor global estimado anual de **R\$ 156.331,20 (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e um reais e vinte centavos)**, sem que tal estimativa gere obrigação de contratação mínima ou integral por parte da Administração.

**2.5.** A definição dos serviços efetivamente a serem executados ocorrerá conforme a necessidade administrativa, observando-se o calendário esportivo municipal, a disponibilidade dos credenciados, os critérios objetivos de convocação previstos no Termo de Referência e a formalização por meio da competente **nota de empenho** e respectiva autorização de execução.

**2.6.** A remuneração devida ao credenciado corresponderá exclusivamente ao valor do **jogo efetivamente executado**, por modalidade, observado o regular ateste da execução, não sendo devido qualquer pagamento por disponibilidade, expectativa de convocação, reserva de agenda, serviços não prestados ou quantitativos estimados não demandados pela Administração.

**2.7.** Nos valores fixados consideram-se incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à fiel execução do objeto, inclusive despesas com deslocamento, alimentação, uniformes, equipamentos, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e demais ônus que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, não cabendo pleito posterior de acréscimo, reequilíbrio ou indenização fundado em custos ordinários inerentes à atividade contratada.



**2.8.** O presente credenciamento não assegura ao interessado credenciado qualquer volume mínimo de contratações, tampouco gera expectativa de faturamento, direito à exclusividade ou ressarcimento por eventual ociosidade, uma vez que a convocação observará a necessidade administrativa, o interesse público, a ordem e os critérios objetivos definidos no Termo de Referência, em consonância com o modelo de credenciamento adotado e com as medidas de mitigação previstas no Mapa de Risco.

**2.8.1.** Os valores fixados para o presente credenciamento permanecerão invariáveis durante o período inicial de vigência contratual, admitindo-se reajuste apenas em caso de prorrogação, mediante apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso, desde que observado o interregno mínimo legal, adotado o índice oficialmente previsto no instrumento convocatório e demonstrada, por pesquisa de mercado atualizada, a compatibilidade do valor reajustado com os preços praticados no mercado, preservando-se a vantajosidade para a Administração.

### 3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, deverão retirar o Edital Completo e seus anexos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Tarumã ou através do site [www.taruma.sp.gov.br/licitacoes](http://www.taruma.sp.gov.br/licitacoes) ou [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

a. Poderão participar deste Credenciamento os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam previamente credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico.

3.2 – Estão proibidas de participar deste processo:

3.2.1 - A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.2 - A que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.3 - As empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.4 - A pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.5 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.6 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.7 - O impedimento de que trata o item 3.14. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a





ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

#### 4 - DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Credenciamento deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital ([www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)).

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Tarumã/SP, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Credenciamento eletrônico.

4.5. A participação no Credenciamento se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.7. **COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

4.7.1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;

4.7.2. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei no 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprego menor de 16(dezesseis) anos, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da CF/88;

4.7.3. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

4.7.4. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

4.7.5. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;

4.7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às





sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio da documentação.

5.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.8. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratação, via sistema.

5.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.10. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

5.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

## **VII - DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema



eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.2. Valor unitário e total do lote e seus itens;
- 6.2.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
- 6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.5. O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 6.7. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do Credenciamento Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.
- 6.8. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.
- 6.9. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta eletrônica, previamente à abertura da sessão pública.
- 6.10. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitar Digital.

## 7 - DA CONVOCAÇÃO

- 7.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica ([www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)), no período de **28/04/2026 a 27 de abril de 2027**.
- 7.2. O Agente de Contratação convocará o candidato selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e/ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma;
- 7.3. O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma 1doc;
- 7.4. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem 7.2, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.
- 7.5. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 3 (três) dias úteis após o credenciamento do interessado e será afixado no site <https://www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes> e [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).
- 7.6. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do Gestor do Contrato.



## 8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**8.1.** O presente procedimento observará o regime de **credenciamento**, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual **não haverá julgamento por disputa de preços**, sendo considerados **habilitados ao credenciamento todos os interessados que atenderem integralmente às exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Mapa de Risco**, no que lhes for aplicável.

**8.2.** Os valores a serem praticados encontram-se **previamente fixados pela Administração**, com base em pesquisa de mercado realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, constante do processo administrativo e de seus anexos, não sendo admitida a apresentação de proposta de preço diversa.

**8.3.** O credenciamento terá natureza **contínua, paralela e não excludente**, permitindo a habilitação de todos os interessados que comprovem o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica compatível com o objeto, nos termos do Termo de Referência.

**8.4.** A ordem de convocação dos credenciados observará critérios **objetivos, impessoais e previamente definidos**, especialmente a ordem cronológica de credenciamento e o sistema de rodízio proporcional, vedada qualquer forma de escolha discricionária, ressalvadas hipóteses devidamente justificadas e formalmente motivadas pela Administração.

## 9 - DA HABILITAÇÃO

**9.1.** Para fins de credenciamento, os interessados deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos neste Edital, em conformidade com o art. 62 da Lei nº 14.133/2021, observadas as exigências previstas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Mapa de Risco, especialmente quanto à necessidade de qualificação técnica compatível com a execução dos serviços de arbitragem esportiva.

### 9.1.1. Habilitação Jurídica:

9.1.1.1. Pessoa física: documento oficial de identificação válido em todo o território nacional;

9.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.1.1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);

9.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou equivalente: ato constitutivo devidamente registrado, acompanhado de documentos de seus administradores;

9.1.1.5. Sociedade simples: inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da administração;

9.1.1.6. Sociedade estrangeira: autorização de funcionamento no Brasil, na forma da legislação vigente;

9.1.1.7. Filial, sucursal ou agência: registro correspondente, com vinculação à matriz;

9.1.1.8. Cooperativa: estatuto social e registro na forma da legislação aplicável.

### 9.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, quando aplicável;



- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional e Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- d) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- e) Certificado de regularidade do FGTS, quando aplicável;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

### 9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de insolvência civil, quando se tratar de pessoa física ou sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do interessado, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

### 9.1.4. Qualificação Técnica:

9.1.4.1. Comprovação de experiência mínima na prestação de serviços de arbitragem esportiva na modalidade pretendida, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em consonância com o Termo de Referência;

9.1.4.2. Os atestados deverão conter identificação da entidade emissora, assinatura do responsável, data e elementos que permitam a verificação da veracidade das informações;

9.1.4.3. Poderão ser aceitos atestados emitidos em nome da matriz ou filial;

9.1.4.4. Comprovação de qualificação técnica dos profissionais indicados, especialmente quanto à experiência e atuação em arbitragem nas respectivas modalidades, conforme exigido no Termo de Referência;

9.1.4.5. Indicação dos profissionais que executarão os serviços, acompanhada de documentos que comprovem sua habilitação e experiência, sendo vedada a substituição sem prévia autorização da Administração, salvo situações excepcionais devidamente justificadas, em observância às medidas de mitigação de riscos previstas no Mapa de Risco;

9.1.4.6. A exigência de qualificação técnica visa mitigar riscos operacionais identificados no Mapa de Risco, tais como falhas na execução dos serviços, conflitos decorrentes da arbitragem e prejuízo à regularidade das competições.

9.2. Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade na data de sua apresentação.

9.3. Na ausência de indicação expressa de validade, serão considerados válidos os documentos emitidos até 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação.

9.4. A Administração poderá, a qualquer tempo, verificar a autenticidade dos documentos apresentados, podendo solicitar a apresentação de originais ou documentos complementares.

9.5. Às microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularidade fiscal, que será exigida para fins de contratação.

9.5.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para regularização.

9.5.2. A não regularização implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.6. O não atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital, no Termo de Referência, no ETP e no Mapa de Risco implicará no indeferimento do credenciamento.



9.7. A habilitação será analisada de forma objetiva, sendo credenciados todos os interessados que atenderem integralmente aos requisitos estabelecidos, em conformidade com o modelo de credenciamento previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

## 10 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. O processo será regido pelos artigos 74 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

10.2. O credenciamento pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

## 11 - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Credenciamento.

11.2. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, via Internet no endereço [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), que será dirigida ao Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Tarumã.

11.3. Os esclarecimentos e eventuais retificações serão efetuados e disponibilizados no endereço eletrônico acima mencionado.

11.4. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, o Agente de Contratação poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços. Estas modificações serão feitas mediante a emissão de errata, e será publicada no site da Prefeitura Municipal de Tarumã e no endereço eletrônico acima mencionado.

11.5. Não serão reconhecidas impugnações do Edital fora dos respectivos prazos legais.

11.6. Acolhida a impugnação contra o Edital que implique em alteração do mesmo, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

11.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes, no endereço web “[www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)”.

## 12 - DOS RECURSOS

12.1. Referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, caberá recurso em observância aos casos previstos no Art. 165, da Lei 14.133/21, sendo:





## **12.2. Hipótese de recurso apresentado para: “Impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante” – Art. 165, I, b) e c):**

12.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata, sob pena de preclusão;

12.2.1.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor, conforme Art. 40 da instrução normativa SEGES/ME Nº 73, DE 30/09/22

12.2.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.2.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento dos autos.

12.5. Os recursos interpostos fora do prazo estipulado não serão conhecidos.

12.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.8. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **13 - DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** A autorização para formalização das contratações decorrentes do presente credenciamento será realizada pelo Agente de Contratação, após a verificação do atendimento integral aos requisitos de habilitação e inexistência de recursos pendentes, em conformidade com o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.





**13.2.** Considerando a natureza do credenciamento e a execução por demanda, as autorizações ocorrerão de forma **individualizada por convocação**, conforme necessidade da Administração, observando-se os critérios objetivos definidos no Termo de Referência.

**13.3.** A homologação e ratificação do credenciamento competem à autoridade competente, nos termos da legislação aplicável, devendo observar a conformidade do procedimento com os documentos da fase preparatória, especialmente o **ETP, o Termo de Referência e o Mapa de Risco**, que fundamentam a viabilidade da contratação.

## **14 - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

**14.1.** Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, no Termo de Referência e nos documentos preparatórios.

**14.2.** Executar os serviços de arbitragem esportiva com observância às regras oficiais de cada modalidade, garantindo atuação técnica, imparcial e regular, conforme estabelecido no Termo de Referência.

**14.3.** Providenciar a imediata correção de quaisquer falhas, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização da CONTRATANTE, no prazo por esta estabelecido.

**14.4.** Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução dos serviços, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

**14.5.** Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo transporte, alimentação, uniformes, equipamentos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas inerentes à atividade.

**14.6.** Comparecer aos locais e horários previamente definidos pela Administração, conforme convocação, observando a antecedência mínima prevista no Termo de Referência.

**14.7.** Cumprir rigorosamente as medidas de mitigação de riscos previstas no **Mapa de Risco**, especialmente quanto à pontualidade, qualidade técnica da arbitragem, prevenção de conflitos e continuidade dos serviços.

**14.8.** Não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

**14.9.** Apresentar súmulas, relatórios ou documentos comprobatórios da execução dos serviços, conforme exigido no Termo de Referência, como condição para medição e pagamento.

**14.10.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**14.11.** Observar integralmente as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Mapa de Risco, os quais constituem parte integrante e vinculante da contratação.

## **15 - DO RECEBIMENTO**

**15.1.** O recebimento dos serviços será realizado mediante ateste do fiscal do contrato, após a verificação da execução de cada evento esportivo, com base nas súmulas e registros apresentados pela CONTRATADA, conforme previsto no Termo de Referência.



15.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações do Edital, do Termo de Referência ou com as regras oficiais das modalidades esportivas, devendo ser regularizados às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos serviços prestados, da regularidade da documentação apresentada e do cumprimento das condições estabelecidas, especialmente quanto à qualidade técnica da arbitragem e à observância das medidas de mitigação de riscos.

15.4. O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade dos serviços prestados, à regularidade da execução e à responsabilidade civil e técnica decorrente da atividade exercida.

## 16 – CONTRATO

16.1. Autorizado o credenciamento, a Administração, convocará no prazo de até cinco (05) dias, o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº. 14.133/21.

16.2. Caso a empresa adjudicatária não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas, o Agente de Contratação poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 90, da Lei nº. 14.133/21.

16.3. O termo de contrato terá **vigência 12 (doze) meses**.

16.4. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido no artigo 107 da lei nº. 14.133/21, atualizada;

16.5. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

## 17 - DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

## 18 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**18.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o interessado ou credenciado que, com dolo ou culpa, descumprir as obrigações previstas neste Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Mapa de Risco, especialmente quanto à adequada execução dos serviços de arbitragem esportiva.

**18.1.1.** Deixar de apresentar a documentação exigida para o credenciamento ou não atender às diligências promovidas pela Administração.



**18.1.2.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica.

**18.1.3.** Fraudar o procedimento de credenciamento ou praticar atos destinados a frustrar seus objetivos.

**18.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo ou em desacordo com os princípios da Administração Pública.

**18.2.** Constituem infrações específicas relacionadas à execução contratual, considerando os riscos identificados no Mapa de Risco:

**18.2.1.** Deixar de atender às convocações da Administração sem justificativa plausível, comprometendo a continuidade dos serviços;

**18.2.2.** Executar os serviços com falhas técnicas, em desacordo com as regras oficiais das modalidades esportivas;

**18.2.3.** Não cumprir os horários e prazos estabelecidos, causando atrasos nas competições;

**18.2.4.** Gerar conflitos decorrentes de atuação inadequada ou não imparcial;

**18.2.5.** Apresentar irregularidades na documentação de medição, como súmulas ou relatórios inconsistentes;

**18.2.6.** Praticar qualquer conduta que comprometa a regularidade, a lisura ou a continuidade das atividades esportivas;

**18.2.7.** Descumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no ETP e no Mapa de Risco.

**18.3.** Nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia defesa e o contraditório, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração;

II – as circunstâncias do caso concreto;

III – os danos causados à Administração;

IV – a reincidência;

V – a adoção de medidas corretivas pelo infrator;

VI – os impactos sobre a continuidade dos serviços, conforme avaliação constante do Mapa de Risco.

**18.5.** A multa poderá ser aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação ou da parcela inadimplida, conforme a gravidade da infração, devendo ser recolhida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

**18.6.** As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração.

**18.7.** Será assegurado ao interessado o direito à ampla defesa e ao contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

**18.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar penalidade mais grave.



**18.9.** A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses de maior gravidade, especialmente quando evidenciada fraude, má-fé ou prejuízo relevante à Administração, observando-se o prazo previsto na legislação.

**18.10.** A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em atender às convocações, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções cabíveis.

**18.11.** A apuração das infrações e aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, com instauração formal, instrução probatória e decisão motivada.

**18.12.** Caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, dirigido à autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**18.13.** A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração ou a terceiros.

**18.14.** A aplicação das penalidades observará, ainda, as diretrizes constantes do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Mapa de Risco, especialmente quanto à necessidade de garantir a continuidade, regularidade e qualidade técnica dos serviços prestados.

## 19 - DA RESCISÃO

19.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Credenciamento se processará de acordo com fundamento no Art. 74 e 79 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

## 20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**20.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria do Município de Tarumã, vinculada à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, conforme classificação abaixo:

**Ficha:** 415

**Fonte de Recurso:** 01 – Tesouro

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**Subelemento:** Serviços Técnicos Profissionais

Conforme consignado na requisição administrativa nº 4705/2026, devidamente autorizada no âmbito do processo de contratação.

**20.2.** O valor estimado da contratação, conforme demonstrado nos documentos da fase preparatória (ETP, Termo de Referência e pesquisa de preços), possui natureza **meramente estimativa**, sendo a execução condicionada à demanda da Administração, não gerando obrigação de contratação integral.

**20.3.** Considerando o regime de execução por demanda, os empenhos serão emitidos de forma **parcelada e conforme a efetiva necessidade da Administração**, observando-se a disponibilidade



orçamentária e financeira de cada exercício.

**20.4.** Na hipótese de prorrogação da vigência contratual, as despesas correspondentes aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

## 21 - DO PAGAMENTO

### 21.1. Liquidação:

21.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

21.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

### 21.2. Prazo de pagamento

21.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

### 21.3. Forma de pagamento

21.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

21.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





21.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **22 - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

22.1. Em caso de prorrogação da vigência, o presente contrato poderá ser reajustado com base no IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial) anual do IBGE, desde que, após pesquisa de preços, seja comprovado que o valor reajustado esteja compatível com os preços praticados no mercado.

## **23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. É facultado ao Agente de Contratação Oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

23.2. Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação / inabilitação.

23.3. Desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

23.4. As normas que disciplinam este Credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Credenciamento, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 155 a 163, da Lei nº. 14.133/21.

23.6. De todas as sessões públicas realizadas, será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas, porventura apresentadas pelos representantes legais.





23.7. Os interessados ainda poderão obter informações e/ou o Edital por meio eletrônico, via Internet no endereço [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), ou através do e-mail: [licitacao@taruma.sp.gov.br](mailto:licitacao@taruma.sp.gov.br) ou ainda protocolado na Unidade Gerencial Básica – Licitações – UGB, situado a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, Tarumã SP, Cep 19820-000. Maiores esclarecimentos através do tel: (18) 3373-4700 – ramal 9549 / 9538.

23.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.9. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Contratado para outras entidades.

23.10. Não cabe à Licitar qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

23.11. O Município de Tarumã se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, nototal ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

23.11.1. Anexo I – ETP;

23.11.2. Anexo II – Mapa de Riscos;

23.11.3. Anexo III – Termo de Referência;

23.11.4. Anexo IV – Minuta de Contrato;

23.12. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

23.13. Os atos referentes a este processo poderão ser comunicados aos proponentes por qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, Jornal Local de grande circulação ou no Jornal Semanário distribuído no município de Tarumã.

23.14. A qualquer tempo e na forma da Lei, antes da contratação, a Prefeitura de Tarumã poderá inabilitar a licitante ou desclassificar sua proposta sem que a esta caiba direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda reduza sua capacidade de produção.



23.15. Em caso de divergência entre o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência. Da mesma forma, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá o Edital.

23.16. Fica eleito o foro da Comarca de Assis/SP para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

Tarumã/SP, 15 de abril de 2026.

**João Roberto Messias de Novaes**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ESPORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**



## Anexo I – ETP



## Anexo II – Mapa de Riscos



## Anexo III – Termo de Referência



## ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PARA CREDENCIAMENTO DESTINADO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, O CREDENCIADO, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Saúde a Senhora \_\_\_\_\_, portadora da Cédula de Identidade RG nº XX.XXX.XXX-X e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade (RG) nº \_\_\_\_\_, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, simplesmente denominada CONTRATADA, celebram o presente, em observância o Credenciamento Eletrônico nº \_\_\_\_/2025, Inexigibilidade nº \_\_\_\_/2025, homologado em \_\_\_\_\_, com fulcro na Lei nº 14.133, de 21 de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Credenciamento de pessoas jurídicas ou profissionais especializados para prestação de serviços de arbitragem esportiva, destinados à condução de partidas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do**





**Município de Tarumã, conforme especificações constantes no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Mapa de Risco.”** conforme descrição contida nos ANEXOS, Projeto Básico e Cláusulas Descritas neste termo contratual.

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

### **DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA**

2. Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do Processo nº \_\_\_\_/2026 – Credenciamento Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, ao Termo de Referência e a Proposta da Licitante vencedora.

## **CLÁUSULA TERCEIRA**

### **DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

3. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

3.1. O pagamento será efetuado após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

3.2. O Município de Tarumã efetuará a retenção da Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente às faturas emitidas, para efeito de liberação do recurso.

3.3. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal ou recibo;

3.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

3.5. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.



3.6. Demais informações constam no Termo de Referência, anexo deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

##### **DO REAJUSTE DE PREÇOS**

4. Em caso de prorrogação da vigência, o presente contrato poderá ser reajustado com base no IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial) anual do IBGE, desde que, após pesquisa de preços, seja comprovado que o valor reajustado esteja compatível com os preços praticados no mercado.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

##### **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

5. O presente procedimento de credenciamento, fundamentado no art. 79 da Lei nº 14.133/2021 correrão por conta das Dotações Orçamentárias, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

##### **415 (1) – Outros Serviços de Terceiros PJ**

5.1. O valor ora destinado refere-se aos 6 (seis) meses restantes do exercício de 2025, contados a partir de 1º de julho de 2025, com término em 31 de dezembro de 2025, sendo que os 6 (seis) meses subsequentes, compreendidos no período de 1º de janeiro à 30 de junho de 2026, serão contemplados no orçamento do exercício de 2026, em conformidade com o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

##### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a



fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

6.2. Demais responsabilidades se encontram especificadas no ETP – Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SETIMA**

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento.
- b) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma estabelecida neste instrumento e nos termos do Contrato.
- c) Fiscalizar a prestação dos serviços.
- d) Não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 137, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA OITAVA**

### **DA EXTINÇÃO ANTECIPADA**

8. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

8.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do § 2º do art. 137 com as consequências previstas no § 2º do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:



- 8.3. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 8.4. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 8.5. apuração de indenizações e multas; e
- 8.6. notificação dos emitentes da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, quando cabível.

## **CLÁUSULA NOVA**

### **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### **9.1. Das infrações administrativas**

- 9.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Contratado que:
  - 9.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 9.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 9.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 9.1.1.4. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato, sem motivo justificado;
  - 9.1.1.5. apresente declaração ou documentação falsa, ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;
  - 9.1.1.6. pratique ato fraudulento na execução do contrato;
  - 9.1.1.7. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou



9.1.1.8. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## **9.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

9.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

9.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de acordo com a dosimetria estabelecida na norma indicada no Anexo –I - Folha de Dados (CGL 25.2.2), as seguintes sanções:

9.2.2.1. advertência, para a infração prevista no subitem 9.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2.2. multa, nas modalidades:

9.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos subitens 9.1.1.1. a 9.1.1.8;

9.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.2.2.3. impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 9.1.1.2. a 9.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 9.1.1.5. a 9.1.1.8.

## **9.3. Da Aplicação das Sanções**

9.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou,



no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.3.2. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

9.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

9.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

9.3.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art.

9.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

9.3.8. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – SP.





## CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10. A vigência do termo de contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto art. 107 da Lei nº 14.133/21.

10.1. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO COMPETENTE

11. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 14.133/21 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

11.1. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

\_\_\_\_\_  
**Secretária Municipal**  
**Contratante**

**Empresa**  
**Representante legal**  
**Contratada**

Fiscal do Contrato

Gestor do Contrato

1. \_\_\_\_\_  
RG nº

2. \_\_\_\_\_  
RG nº



## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**CONTRATO N°:** \_\_\_\_\_

**OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas ou profissionais especializados para a prestação de serviços de arbitragem esportiva**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Rua Aroeira, 482 - Vila das Árvores - CEP 19822-074 - Tarumã - SP - Fone/Fax (18) 3373-4700

**WWW.TARUMA.SP.GOV.BR**



Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

Pelo CONTRATANTE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela CONTRATADA:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Rua Aroeira, 482 - Vila das Árvores - CEP 19822-074 - Tarumã - SP - Fone/Fax (18) 3373-4700

**WWW.TARUMA.SP.GOV.BR**



Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**FISCAL DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

